



VIII ENCONTRO

“TRIÂNGULO ESTRATÉGICO: AMÉRICA LATINA – EUROPA – ÁFRICA”

POLICY PAPER

AGRADECIMENTOS

SEGIB – Secretaria-Geral Ibero-americana; Fundação EU-LAC; Iberia; Fundação Konrad Adenauer; Deloitte; CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina; CESO; BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento; Administração dos Portos de Sines e do Algarve; Organização dos Estados Ibero-americanos; Caixa Geral de Depósitos; Universidade Europeia; SOFID.

Lisboa, 6 e 7 Maio 2019

RESUMO EXECUTIVO

Foi com o olhar no futuro, e não apenas no presente das três regiões, que o IPDAL escolheu as seis temáticas do VIII Encontro “Triângulo Estratégico: América Latina e Caraíbas – Europa – África”. Nos dias 6 e 7 de Maio, dezenas de especialistas e decisores destes continentes, representando o setor público e o privado, discutiram: Migrações, Igualdade de género, Transferência de Conhecimento, Parcerias Financeiras, Política Externa da União Europeia e a constituição de uma Agenda Triangular.

Num contexto global de cada vez maiores incertezas, discutir a cooperação triangular no espaço atlântico pode parecer igualmente difícil e, por isso mesmo, representa uma responsabilidade acrescida. A excessiva dependência de alguns países sobre determinados setores da economia, a falta de continuidade das políticas públicas, a chegada de movimentos populistas aos Parlamentos ou aos governos nacionais, as alterações climáticas e as migrações exigem um movimento concertado e conjunto entre todos: sociedade civil, empresas, universidades e centros de conhecimento, meios-de-comunicação e, claro, o próprio Estado.

Nesta VIII edição do Encontro Triângulo Estratégico, o Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas lançou um apelo veemente ao fortalecimento multilateralismo e ao aumento da cooperação internacional, para fazer face a estas ameaças, pois “quando a cooperação internacional funciona, o Mundo ganha”, afirmou António Guterres.

Realizado em vésperas das eleições para o Parlamento Europeu, este Encontro proporcionou ainda um espaço de reflexão e debate sobre a Política Externa da União Europeia, com dois antigos Secretários de Estado dos Assuntos Europeus e com candidatos dos principais partidos portugueses aos lugares em Estrasburgo.

Neste VIII Encontro Estratégico destacou-se ainda a importância de dar voz aos jovens e de capacitá-los, estreitando as relações entre as instituições de ensino superior e o mercado de trabalho. Foi defendido um aprofundamento do comércio intra-regional e a construção de um modelo desenvolvimento económico e tecnológico que permita atingir as metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Abertura dia I

JOSÉ JOÃO GUILHERME, Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos

José João Guilherme começou por alertar para alguns desafios sociopolíticos do sec. XXI. O representante da Caixa Geral de Depósitos mencionou a integração das pessoas no mercado de trabalho, de forma a não pôr em causa a sua liberdade e dignidade, bem como a concentração de poder nas mãos de uma pequena elite. Dada a conjuntura internacional e a crise das democracias liberais, aliadas à revolução tecnológica e aos avanços na biotecnológica, os desafios apresentam-se como sendo cada vez mais difíceis de resolver politicamente.

José Guilherme considerou o VIII Encontro Triângulo Estratégico como um marco essencial para debater estas temáticas e procurar soluções conjuntas, de modo a que possa ser dado um contributo prático para a resolução destas questões.

PAULO NEVES, Presidente do IPDAL

Paulo Neves afirmou que o grande objetivo do VIII ETE é encontrar uma agenda comum para os três continentes, pois todos enfrentam desafios semelhantes, tais como má governação, migrações, ou questões ambientais. Por isso, Paulo Neves destacou a necessidade de encontrar soluções comuns para a resolução destes problemas partilhados, inseridas numa estratégia comum para o Triângulo.

Após a apresentação das grandes temáticas a serem discutidas no Triângulo, Paulo Neves acrescentou que Lisboa é o *hub* mais adequado para o diálogo triangular, visto que Portugal não só está plenamente integrado na Europa como tem um conhecimento profundo da realidade no continente africano, mantendo ao mesmo tempo relações seculares com a América Latina e mesmo com as principais potências asiáticas.

PAOLA AMADEI, Diretora-Executiva da Fundação EU-LAC

Paola Amadei encara a iniciativa do Triângulo Estratégico como uma tradição a que a Fundação EU-LAC se associa pelo seu valor institucional e como uma oportunidade para criar pontes, nomeadamente, entre a Europa e a região América Latina e Caraíbas. A dirigente concordou que Portugal é o país ideal para este Encontro, dada a forma como o país conseguiu manter relações de proximidade com estas regiões, tirando partido da sua história comum e de uma agenda política positiva.

A Diretora-Executiva da Fundação EU-LAC apresentou ainda os grandes objetivos da instituição, nomeadamente o de aproximar Governos e sociedades civis para criar uma plataforma de partilha de conhecimento, tendo declarado o objetivo de estender a sua esfera de ação para a Ásia e para o continente africano.

Mensagem vídeo do Secretário-Geral das Nações Unidas

ANTÓNIO GUTERRES

O Secretário-Geral da ONU apelou ao reforço do papel das instituições multilaterais e da cooperação internacional na criação de respostas mais concertadas, a crises cada vez mais interligadas.

Nesse âmbito, considerou que a iniciativa do “Triângulo Estratégico: América Latina – Europa – África” permitirá contribuir para a articulação de soluções globais, tendo em consideração a Agenda 2030 e a implementação dos ODS.

António Guterres destacou ainda a necessidade de uma maior ambição para confrontar os riscos das ameaças ambientais. Nesse sentido, o Secretário-Geral aproveitou a iniciativa do IPDAL para anunciar a organização de uma Cimeira sobre o Clima, a 23 de Setembro em Nova Iorque, com o objetivo de debater e mobilizar esforços entre Estados, assumindo compromissos.

Por fim, salientou o papel da cooperação internacional na resposta a estas problemáticas, afirmando que “quando a cooperação internacional funciona, o mundo ganha”.

Diálogo entre Gerações e entre Continentes

ESTUDANTES DA AMÉRICA LATINA, EUROPA E ÁFRICA

Seis estudantes, dois de cada continente, três rapazes e três raparigas, apresentaram os problemas que consideram mais afetar as suas respetivas regiões e, posteriormente, propuseram soluções para cada um dos desafios que os próprios elencaram.

Os representantes do continente africano apontaram como principais questões a dependência económica do setor petrolífero e as migrações; os estudantes latino-americanos indicaram a falta de continuidade nas políticas públicas e a mentalidade de curto-prazo na sua aplicação por motivos eleitoralistas, bem como o *skills gap* – a falta de mão-de-obra qualificada, que dificulta a complementariedade entre o mundo académico e o mercado de trabalho; os jovens europeus chamaram a atenção para as consequências do populismo e das alterações climáticas.

Para a resolução dos primeiros dois problemas, os estudantes propuseram a diversificação da economia através de investimentos em setores com efeito multiplicador, como o turismo, por exemplo. Sugeriram ainda apostar em políticas mais ativas de promoção do emprego e na formação específica para os empregos do futuro. Os latino-americanos concordaram que a solução deve passar pela educação pública e pela especialização dos currículos, além de defenderem uma hierarquização dos setores produtivos dos seus países em função não só das riquezas naturais como do capital humano. Os jovens europeus apelaram a um aumento da coesão social, com vista a aumentar o sentimento de pertença entre os cidadãos europeus, e a ações concertadas do setor privado no âmbito da prevenção das alterações climáticas, em direção a um desenvolvimento económico, tecnológico e empresarial ligado à sustentabilidade.

ADRIANO MOREIRA, Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências

A juventude desempenha hoje um papel insubstituível no combate às grandes problemáticas globais.

As palavras de apelo à implementação de políticas ambientais e geracionais mais abrangentes, de Greta Thunberg em Varsóvia, são exemplo disso. Adriano Moreira considerou ainda fundamental falar do Programa Erasmus, pois é o projeto que melhor representa dois dos princípios fundadores da ONU – paz, num mundo partilhado, e sustentabilidade.

Com a União Europeia (UE) a viver um período de sério questionamento interno e os Estados Unidos da América (EUA) a adotarem políticas nacionalistas, estes dois princípios estão a ser postos em causa. Adriano Moreira alertou para a existência hoje, em simultâneo e em todos os continentes, de estadistas com a capacidade e a predisposição de desestabilizar a ordem internacional, bem como para a ausência de um modelo de governação para o “globalismo”, que comporta como consequência uma desagregação do multilateralismo.

Neste sentido, Adriano Moreira defendeu a necessidade de voltar a desenvolver a consciência europeia, reformar a governação e lutar pelos valores que se quer passar às próximas gerações. Portugal tem igualmente um papel considerável neste contexto e isso é demonstrado pela ocupação de cargos políticos importantes no seio das Organizações Internacionais.

RELATÓRIO SOBRE COMÉRCIO INTRA E INTER-REGIONAL

FILIPPE DOMINGUES, Secretário-Geral do IPDAL

A apresentação de Filipe Domingues demonstrou que as trocas comerciais entre os países da América Latina são baixas, correspondendo apenas a 16% de todo o comércio internacional da região. Em contraste, a União Europeia compra e vende dentro do continente 70% do seu total e mesmo o continente africano regista um valor superior ao latino-americano, com 17%.

Filipe Domingues acrescentou que as previsões dos principais economistas para a América Latina, em 2019, apontam para um crescimento superior aos 2%. No entanto, de forma a assegurar esse crescimento, os governos devem apostar na integração regional e na diversificação das suas economias, além de investirem em inovação, indústrias tecnológicas, serviços e formação.

Relativamente ao continente europeu, Filipe Domingues destacou os casos do Reino Unido e de Chipre como exceções à tendência de altos valores registados no comércio intra-regional, sendo que os dois países exportam para fora da UE mais de 50% das suas vendas.

Painel I – Migrações

CARMEN MARÍA GALLARDO, Embaixadora de El Salvador

As migrações são um tema complexo, principalmente em virtude das diferenças de que se reveste, em função dos países, de origem e de destino. O fenómeno é caracterizado pela sua escala, pelos meios de transporte e humanos através dos quais as populações se deslocam, pelas condições culturais e administrativas de acolhimento nos países de chegada e ainda pelas razões que levam as pessoas a partir. No caso de El Salvador, os motivos evoluíram maioritariamente de securitários para económicos.

A Embaixadora Carmen Gallardo apontou que entre 27 e 30% da população salvadorenha reside no estrangeiro e que 17% do PIB de El Salvador vem das remessas – fenómeno que, por um lado, contribui para aumentar o orçamento das famílias mas, por outro lado, tem como consequência um aspeto social, ligado à ideia de “conforto”, em que algumas famílias podem deixar de ter incentivos para trabalhar, dado que recebem do seu familiar emigrado o dinheiro suficiente para as necessidades domésticas básicas e para os cuidados médicos. Estes fluxos migratórios têm como principais destinos os Estados Unidos da América, o Canadá e, mais recentemente, o México.

Tendo em conta que o fenómeno das migrações se caracteriza, cada vez mais, por famílias inteiras a viajar em conjunto, em vez de indivíduos isolados, como no passado, a Embaixadora afirmou ser necessário olhar para os seus atuais efeitos socioeconómicos e políticos. Carmen Gallardo alertou para a necessidade de um diálogo político abrangente, coordenado com a sociedade civil, e para o reforço dos instrumentos internacionais de modo a garantir que os Direitos Humanos não são postos em causa, nomeadamente no que diz respeito às marchas de migrantes e à proteção de mulheres e de menores não acompanhados.

A Embaixadora partilhou ainda uma reflexão sobre as consequências internas do possível regresso da diáspora salvadorenha ao país, explicando que estes migrantes, muitos deles qualificados, terão de encontrar condições para a sua reintegração.

ALFREDO PÉREZ-BRAVO, Embaixador do México

O México é, neste momento, país de origem, destino e trânsito. De origem, visto que muitos mexicanos continuam a procurar, sobretudo, os EUA em busca de melhores condições de vida e de trabalho. De destino, para migrantes e refugiados oriundos de Cuba, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras e Venezuela. E de trânsito, para todos aqueles que pretendem chegar aos EUA e ao Canadá, vindos designadamente dos países da América Central.

Tendo isso em conta, a discurso do Embaixador do México focou-se nos pontos positivos das migrações: começou por mencionar que existem 250 milhões de migrantes no Mundo – isto é, o equivalente a menos de 3% da população mundial – e realçou a redução do número de emigrantes mexicanos, consequência de uma economia que soube encontrar novas fontes de rendimento e condições de emprego¹.

Relativamente aos efeitos positivos das migrações, o Embaixador Alfredo Pérez-Bravo destacou 5 aspectos: a imigração como motor de desenvolvimento nacional e social; o acolhimento de uma mão-de-obra jovem e capaz de desempenhar tarefas e trabalhos específicos; o aumento da produtividade e riqueza para o país receptor no médio prazo; o enriquecimento cultural recíproco (isso verifica-se, por exemplo, no facto da segunda língua mais falada nos EUA ser o espanhol) e o impacto positivo das remessas na economia².

Todavia, para uma melhor regulação, segurança e harmonização dos processos migratórios³, o Embaixador defendeu uma maior coordenação internacional e regional, mais esforço na luta contra a propagação de notícias falsas e contra o crime organizado, responsável pelo tráfico de seres humanos.

Assim, é preciso que o tema das migrações esteja presente nas agendas políticas e no desenho económico nacional; é necessário um maior diálogo com a sociedade civil, de forma a divulgar os benefícios das migrações, bem como uma maior e melhor recolha de dados fidedignos para facilitar a partilha de informação pelos diversos serviços do Estado. Para isso, é fundamental um

¹ O mais recente Acordo entre EUA, México e Canadá (USCMA) contribuiu em parte para esse fim, pois permitiu a diversificação das fontes de rendimento e condições de emprego: facilitou o acesso aos mercados canadiano e americano; reforçou a regulação da propriedade intelectual e do comércio digital; regras de origem; disposições no domínio do trabalho e permitiu atrair *clusters* de empresas (automóveis, aeroespaciais, farmacêuticas) no Norte e no Centro do país.

² O México é o país que mais recebe remessas do Mundo, atingindo os 27 mil milhões de dólares por ano.

³ Houve um avanço importante neste sentido com o Pacto de Marraquexe: foram definidos nesse documento 23 objectivos, que incluem um maior controlo das migrações; uma maior cooperação entre serviços e países; o respeito pelos Direitos Humanos, mais especificamente relativamente ao direito ao trabalho; reforço da protecção consular e da integração dos migrantes nas sociedades, do ponto de vista social e financeiro, tendo em consideração os princípios do Desenvolvimento Sustentável; da soberania nacional e do Estado de Direito.

maior investimento em inovação e tecnologia, que permita acrescentar fluidez aos processos burocráticos.

OTHMANE BAHNINI, Embaixador de Marrocos

Marrocos é, atualmente e à semelhança do México, um país de origem, destino e trânsito. Neste sentido, o Embaixador realçou duas das questões que afetam Marrocos diretamente: por um lado, a rota da imigração ilegal e, por outro lado, a integração dos migrantes que ficam em solo marroquino⁴.

Para responder a estes dois desafios, Marrocos tem acordos de cooperação com os países mediterrânicos e europeus, tendo criado uma estratégia para as migrações que inclui um programa de legalização, ao abrigo do qual já 40 000 migrantes subsaarianos foram legalizados, de integração e solidariedade, no que regula o acesso a escolas e hospitais. Marrocos reforçou ainda a sua presença no controlo fronteiriço, por motivos de segurança internacional.

Porém, a problemática da migração é complexa, sendo necessário compreender exatamente quais as verdadeiras razões que motivam o fenómeno e quais são os números reais. Por isso, é preciso trabalhar juntamente com outros países para a formulação de políticas públicas eficientes e construir uma base estatística inclusiva e completa dos dados das migrações. O Observatório das Migrações da União Africana é um exemplo disso.

MARIA ANGELA HOLGUÍN, antiga Ministra dos Negócios Estrangeiros da República da Colômbia

Maria A. Holguín considerou as migrações o problema mais complexo para resolver na atualidade: no caso da América Central e do Sul, a questão da Venezuela é preponderante, tendo em conta a grande vaga de migrantes deste país – aproximadamente 1,5 milhões, distribuídos por vários países⁵, sendo o caso da Colômbia especialmente delicado visto existirem cerca de 4 milhões de colombianos, e descendentes, que haviam abandonado o país, devido ao conflito armado iniciado nos anos 60, e que agora regressam ao seu país.

⁴ Os fluxos migratórios para Marrocos são, sobretudo, intra-regionais (80%) sendo os migrantes oriundos, principalmente, dos países da África subsaariana.

⁵ Brasil, Colômbia, Equador e Peru são alguns desses países. Só no Peru, estima-se que se encontrem entre 700 e 800 mil venezuelanos.

Nesse sentido, dada a proximidade geográfica e histórica, desde 2016 que a Colômbia tem deixado abertas as fronteiras para os venezuelanos e tem lhes dado acesso a educação e saúde gratuitas, permitindo-lhes ainda trabalhar no país. Ou seja, estão a recebê-los com os mesmos direitos que a qualquer colombiano, não como refugiados.

Porém, segundo a anterior MNE da Colômbia, existem dois grandes constrangimentos: saber como integrar todos os migrantes e como resolver as questões sociais e políticas associadas – nomeadamente as relacionadas com o aumento da criminalidade e da violência, num país que procura ainda o seu desenvolvimento interno pós-conflito armado.

Apresentação Relatório Deloitte: Cibersegurança – uma nova dimensão no planeamento geoestratégico

FREDERICO MACIAS, *Head of Cybersecurity* da Deloitte Portugal

Houve uma mudança de paradigma na esfera da cibersegurança: em 2015, o cibercrime movimentou mais dinheiro que o tráfico de droga a nível mundial e, em 2017, o número de vítimas mortais causadas por ciberataques foi superior à dos acidentes. Isto deve-se ao elevado profissionalismo das estruturas por trás das operações, ao sofisticado nível de serviços e à qualificação dos recursos humanos que servem as organizações do cibercrime.

Assim, Frederico Macias invocou a necessidade de novas estratégias por parte dos Estados e das organizações supranacionais⁶, bem como a importância de refletir sobre que resposta deve ser dada para combater estas vulnerabilidades – com efeito, prevê-se que já em 2020 venha a existir, em todo o Mundo, uma procura total de 3,5 milhões de profissionais nesta área, 350 mil destes na Europa. Estes números confirmam a evidente falta de recursos humanos qualificados para lidar com este risco, ao mesmo tempo que representam um desafio de segurança e uma oportunidade económica.

Por isso, Frederico Macias defendeu o investimento em formação, devendo as organizações dotar os seus funcionários de capacidade de análise e resposta, bem como a criação de redes institucionais híbridas que permitam uma

⁶ No que toca a legislação, Frederico Macias mencionou os esforços da UE para a aplicação de regras mais estritas de cibersegurança: a Diretiva NIS obriga as organizações e prestadores de serviços digitais a tomarem medidas de segurança apropriadas. A acrescentar a isso, a NIS impõe constrangimentos em países, cuja lei de proteção de dados seja menos criteriosa do que na Europa, designadamente a nível da exportação de dados.

coordenação efetiva entre empresas, organizações públicas e parceiros de segurança, permitindo antecipar futuros ataques e desenvolver um maior grau de automação.

Painel II – Igualdade de Género

PAOLA AMADEI, Diretora-Executiva da Fundação EU-LAC

Nos últimos anos registou-se uma evolução neste debate, influenciado principalmente pelo surgimento de um movimento global para a denúncia da desigualdade de género, tanto para mulheres como para homens, conhecido como #metoo.

Contudo, segundo os resultados de duas iniciativas realizadas pela Fundação EU-LAC em parceria com o Programa EUROsociAL+, os problemas persistem: as mulheres têm salários mais baixos, sofrem de preconceito, falta proteção social e continuam a registar-se queixas de discriminação e comportamentos abusivos no local de trabalho.

A Diretora Executiva da Fundação EU-LAC defendeu a necessidade de uma aliança e de um diálogo político, que envolva os Chefes de Estado dos países de África, América Latina e Europa, já que a igualdade de género é um desafio comum aos três continentes. Paola Amadei considerou ainda ser essencial aprofundar o conhecimento e as percepções públicas sobre os Direitos da Mulher, realizar um bom diagnóstico dos contextos socioculturais, apostar na educação, implementar políticas de inserção equitativa no local de trabalho e dotar os Estados e as instituições de mais ferramentas de trabalho e acompanhamento.

Deste modo, espera-se uma melhor difusão de boas práticas entre organizações e países, tendo como base uma mesma aliança de valores essenciais: democracia, Estado de Direito e respeito pelos Direitos Humanos.

MARIA JOSÉ ARGAÑA, antiga Ministra da Mulher do Paraguai

Maria José Argaña mencionou a importância de ter em conta o contexto histórico e geográfico quando se defende a igualdade de género. No caso do Paraguai, durante a guerra da Tríplice Aliança morreram 90% dos homens e, por isso, a mulher passou a ser a cabeça de casal, o que permitiu o desenvolvimento da sua capacidade de liderança e, conseqüentemente, levou a mudanças sociais.

A Embaixadora destacou os avanços que o seu país tem registado a nível da legislação, educação, participação social e política, tal como no acesso ao mundo do trabalho.

Todavia, considerou continuarem a existir desafios, nomeadamente na distribuição equitativa de salários, de cargos nas organizações e nas nomeações políticas. Para alterar esta realidade, é preciso agir em áreas como: incentivos à participação política, políticas de redução das diferenças salariais entre homens e mulheres, erradicação da violência de género e assunção de compromissos internacionais no âmbito da promoção da igualdade.

Nesse sentido, a ONU e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) são essenciais para atingir estes fins.

JOSÉ CAROÇO, Diretor Executivo do Centro Norte-Sul do Conselho da Europa

José Caroço alertou para a necessidade de envolver toda a sociedade civil na discussão da igualdade de género e é nesse sentido que o Centro Norte-Sul, como os seus 21 Estados Membros, tem organizado iniciativas para a juventude, cidadania global e para as mulheres.

Com efeito, os principais objetivos do Centro passam por prevenir e combater estereótipos de género e o sexismo, assegurar o acesso igual das mulheres à justiça, salvaguardar a segurança das mulheres migrantes, condenar a violência contra as mulheres, alcançar o *gender mainstreaming* – integração de uma perspectiva de género na preparação, desenho, implementação, monitorização e avaliação das políticas públicas – e uma participação equilibrada entre homens e mulheres nos processos de tomada de decisão, bem como na política.

O diplomata português realçou a importância da igualdade de género para os objetivos e princípios do Conselho da Europa, assentes nos valores da democracia, Estado de Direito e respeito pelos Direitos Humanos. É nesse sentido que o Centro Norte-Sul age: criando e promove ações ou iniciativas de consciencialização; incentivando a cooperação entre diferentes atores, tais como

Estados, parlamentares, sociedade civil e instituições locais e regionais; difundindo, promovendo e explicando a Convenção de Istambul, destinada à prevenção e combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica; e criando plataformas de apoio a mulheres para reivindicarem os seus direitos e partilharem experiências.

MARÍA DEL CARMEN PATRICIA MORALES, Investigadora na IRELAC e na Universidade Leuven

María Morales salientou a mudança de paradigma em relação à mulher, com a implementação da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, em 1948. Com esta alteração surgiram outras no Direito Internacional, nas Constituições dos países e na própria linguagem.

No séc. XXI, e mais precisamente com a Agenda 2030, há uma maior convergência das boas vontades para a igualdade de género e os Direitos Humanos. A investigadora considerou fundamental discutir a temática da igualdade de género para que a Agenda 2030 tenha sucesso, nomeadamente no que toca ao fim da discriminação, nomeadamente no acesso ao mercado de trabalho, e da violência, tanto pública como privada; à saúde reprodutiva; ao apoio na mudança de mentalidades e à consciencialização das populações para outras formas de violência contra as mulheres, como os casamentos entre menores, ou os casamentos forçados.

María Morales destacou uma evolução positiva no âmbito do Direito Internacional, do empoderamento feminino e dos Direitos Humanos. No entanto, argumentou que existe ainda muito por fazer.

Apresentação relatório RED: Institutions for Productivity

PABLO SANGUINETTI, Vice-Presidente de Conhecimento – CAF, Banco de Desenvolvimento da América Latina

Pablo Sanguinetti apresentou o relatório "*Instituciones para la productividad: hacia un mejor entorno empresarial*", elaborado pela CAF.

O Vice-Presidente da área de Conhecimento do banco referiu que a América Latina não teve sucesso no desenvolvimento da sua capacidade de produção: o relatório demonstra que a forma como os países latino-americanos se

organizam para produzir bens e serviços está diretamente ligada à baixa produtividade. Além disso, a baixa eficiência produtiva, a falta de capital humano (devido à qualidade do ensino) e físico (devido falta de infraestruturas) são outros fatores a ter em conta.

Em seguida, Pablo Sanguinetti enumerou os aspetos a ter em conta na formulação de políticas públicas para a produtividade: a concorrência, o acesso à cooperação técnica internacional, a qualidade do emprego e o acesso ao financiamento são essenciais para uma economia que se quer diversificada, eficiente e que acrescente valor. Com efeito, para Sanguinetti, um dos grandes problemas da América Latina está nas próprias estruturas produtivas: existem setores importantes que empregam pouca gente e que oferecem serviços de baixo valor acrescentado, como o setor mineiro. Adicionalmente, existe uma excessiva concentração de meios produtivos no setor primário, sobretudo na exploração de matérias-primas e recursos naturais, e uma informalidade na economia que deve ser resolvida urgentemente.

Nesse contexto, as instituições económicas são determinantes, tanto na questão da concorrência – podendo reduzir barreiras à entrada e propor o estabelecimento de margens mais altas nos preços finais, relativamente aos custos – como na questão do acesso aos insumos – promovendo uma maior cooperação entre empresas, apostando em políticas de comércio livre, integração e fomentando a criação de *clusters* – do emprego – através da fixação de salários mais elevados, definição de impostos, contribuições, benefícios e concertação laboral – mas também do financiamento, ligado a uma regulação horizontal.

Painel III – Transferência de Conhecimento

ANA PAULA LABORINHO, Diretora da Representação em Portugal da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI)

Ana Paula Laborinho analisou os grandes desafios atuais da educação e da ciência. Com o surgimento das novas tecnologias e com o desenvolvimento do mundo digital, surgem novas problemáticas na área da educação e do mercado de trabalho: em primeiro lugar, os investimentos e as políticas públicas não

estão a ser bem direcionados nestes âmbitos⁷; em segundo lugar, o ensino não está adequado à nova realidade do mercado de trabalho e, em terceiro lugar, a inserção das mulheres no mercado de trabalho não se está a verificar na sua plenitude.

Nesse sentido, a Diretora da Representação em Portugal da OEI nomeou os principais desafios em termos de educação para o espaço ibero-americano: por um lado, como consequência do crescimento demográfico na região, a procura no ensino superior é maior que a oferta e, por outro lado, a falta de mobilidade. Para Ana Paula Laborinho, o programa Erasmus é um bom exemplo e deve ser adaptado para se tornar replicável e acessível em toda a região da América Latina, através de parcerias, investigação e cooperação institucional.

Relativamente à ciência, são necessários mais indicadores para uma análise das realidades e para a realização de melhores recomendações e diagnósticos⁸; mais investimento em inovação, ciência e uma mais estreita relação entre formação e mercado de trabalho.

CARLOS DUARTE, Pró-Reitor da Universidade Europeia

Carlos Duarte destacou o papel das universidades na transferência de conhecimento para a sociedade e o seu enorme potencial para alcançar a simplicidade dos processos e gerir as expectativas. As universidades devem gerar, neste âmbito, ferramentas para permitir um maior grau de inovação, empenhedorismo e interdisciplinaridade.

Porém, persistem grandes desafios para as universidades em Portugal, a nível do contacto com as empresas: o frágil tecido empresarial, composto maioritariamente por PMEs; a inexistência de uma cultura de diálogo entre as empresas e as universidades; as próprias características da linguagem científica, que não é acessível para as empresas.

De modo a responder às novas problemáticas que se impõem no mercado de trabalho, Carlos Duarte considerou ser necessário capacitar os estudantes de ferramentas de comunicação, como inovação e diversidade; criatividade; capacidade para criar redes de trabalho colaborativo e para aproveitamento de

⁷ No caso da América Latina, a taxa de escolarização é elevada e o investimento em educação é superior à média dos países da OCDE. Porém, isso não se reflete no crescimento económico da região.

⁸ Para isso, foi criado o Observatório Ibero-americano da Ciência, Tecnologia e Sociedade, que fornece uma visão transversal do ensino superior nestes países.

tecnologias complementares. Assim, trabalhar com base na ajuda mútua e em rede poderá criar mais valor e ser uma mais valia para as empresas.

NUNO GUILHERME, Diretor em Portugal da Indra Company

Quando se discute a transferência de conhecimento a nível empresarial, os grandes vetores a considerar são: a dispersão geográfica e linguística; os aspetos culturais e a capacidade de adaptação das empresas e dos profissionais; a questão geracional e as consequentes diferenças de linguagem na transmissão do conhecimento.

Para mitigar estas condicionantes, alguns dos instrumentos a que a Indra recorre passam planos de formação globais, pelo uso de ferramentas de telepresença, pela criação de ambientes físicos idênticos em todos os escritórios da Indra pelo mundo e pela criação de Centros de Excelência deslocalizados⁹.

Porém, deixou dois pontos essenciais para reflexão: a necessidade de uma maior circulação de talento e recursos no espaço atlântico – de forma a derrubar as barreiras de recrutamento – e a criação de um “Erasmus empresarial” para uma melhor e maior concorrência, partilha de experiências e internacionalização, algo que beneficiará sobretudo as PMEs.

Diálogo sobre Parcerias Financeiras

ARMANDO SANTOS, Diretor de Marketing de Empresas – Caixa Geral de Depósitos

As parcerias financeiras têm um papel relevante para suprir falhas de mercado: em primeiro lugar, as parcerias não têm garantias como colateral de operações de financiamento; em segundo lugar, não existe com as parcerias o problema ligado aos capitais próprios da empresa, já que contam com uma variedade de instrumentos financeiros (tradicionais e de outra entidade de desenvolvimento) e, em terceiro lugar, existe uma complementaridade entre os fundos comunitários, fundos públicos e fundos privados.

⁹ No caso português, o centro foca-se na gestão portuária e é composto por uma equipa multidisciplinar e com profissionais de várias nacionalidades.

Apesar dos benefícios das parcerias financeiras, é necessária uma definição de objetivos claros nos países em vias de desenvolvimento, de modo a viabilizar os projetos.

MARTA MARIZ, CEO da SOFID

Para a CEO da SOFID, as principais alterações ao paradigma da ajuda ao desenvolvimento são: o reconhecimento global da importância da Agenda 2030 dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), como formas de diminuir as assimetrias entre os países de rendimento alto e de rendimento baixo, envolvendo todos os atores do desenvolvimento, Estados, ONGs, universidades e empresas privadas; a assinatura do Acordo de Paris; a Agenda de Adis Abeba para o financiamento do desenvolvimento.

No entanto, do investimento global de cerca de 3,9 biliões de dólares estimado para atingir os ODS, existe um défice de 2,5 biliões. É preciso, assim, acelerar o processo e trazer o setor privado para o desenvolvimento. Para Marta Mariz, entre os principais problemas que têm impedido um maior aumento do investimento privado nos continentes africano e latino-americano encontram-se a falta de financiamento e a permanência de riscos associados à imprevisibilidade das economias em desenvolvimento.

Adicionalmente, apesar de a Europa pretender manter-se como o bloco geopolítico mais solidário do mundo, em termos macroeconómicos ainda não recuperou os níveis de crescimento desde a crise de 2008. Ao mesmo tempo, dentro da U.E. mantêm-se vários países em situação de défice público e nos quais o orçamento nacional não permite um aumento da ajuda ao desenvolvimento. Para fazer face aos desafios dos países e regiões vizinhas da Europa, nomeadamente em função da sua deficiência macroeconómica, da excessiva dependência das *commodities* e das crises migratórias, Marta Mariz defendeu uma atuação europeia e coordenada nos países de origem, fomentando a criação de mais empregos nessas economias.

Para resolver estas questões, os contributos da tecnologia e das parcerias financeiras devem ser encaradas numa perspetiva holística, que envolva os doadores, as multilaterais financeiras, as diásporas e os bancos nacionais de desenvolvimento. É importante, contudo, compreender e selecionar o instrumento, bem como os atores apropriados para cada projeto¹⁰.

¹⁰ Neste sentido, as instituições vão ser obrigadas a inovar na sua relação, nos seus processos e nas suas formas de financiamento.

JOSÉ GARCIA BELAUNDE, Representante na Europa do CAF

Num contexto internacional em constante mutação, existem perigos que põem em causa a ordem mundial: as alterações climáticas e as catástrofes naturais; as mudanças demográficas e a crescente urbanização; a tecnologia e o seu impacto na produtividade e competitividade, bem como as consequências a nível de políticas de educação e emprego; a segurança internacional e os novos desafios impostos pela decrescente importância das distâncias físicas, graças aos avanços tecnológicos nas indústrias militares; a emergência das classes médias nos países em desenvolvimento, ao mesmo tempo que aumentam as desigualdades sociais no mundo desenvolvido; a falta de integração nos mercados financeiros.

José Belaunde realçou a necessidade de encontrar consensos entre os países e criar mecanismos suficientes para abordar os problemas conjuntamente, daí a importância de iniciativas como este Triângulo Estratégico. A CAF procura agir nessa direção, gerando e promovendo o intercâmbio de conhecimentos e experiências para o setor público e privado, defendendo uma agenda de intercâmbios financeiros e comerciais, de conhecimentos, experiências de apoio à integração regional.

Todavia, é necessário melhorar os resultados nas áreas da educação, da confiança no setor institucional, da inovação e desenvolvimento, da integração regional e da qualidade das infraestruturas. O Representante na Europa da CAF considerou fundamental agir em três domínios: o das infraestruturas, pois trazem impactos fundamentais na redução das desigualdades sociais e no melhoramento da qualidade de vida, maior inclusão social e mais oportunidades para as comunidades; o do setor empresarial, através de parcerias público-privadas e que aumentem os recursos disponíveis para projetos com maior impacto nas comunidades; da economia e da política, envolvendo a sociedade civil e investindo na inovação tecnológica, conhecimento e diálogo regional. Tem sido justamente este o contributo da CAF na região latino-americana, financiando projetos em todo o continente.

KIM KREILGAARD, Representante em Portugal do Banco Europeu de Investimento

Kim Kreilgaard centrou o seu comentário nos desafios dos ODS e na relevância de Portugal como plataforma de investimentos e de diálogo com os países africanos e latino-americanos. Considerou igualmente importante o papel das

doações e do co-financiamento na ajuda ao desenvolvimento, de modo a colmatar falhas de mercado e riscos externos, designadamente as alterações climáticas e a volatilidade dos preços das *commodities*.

Os principais desafios que Kim Kreilgaard mencionou estão relacionados também com as consequências das migrações, com a integração dos migrantes nas sociedades e na forma como se gerem as doações – é necessário medir o impacto destas no setor privado e nos próprios países. Por fim, defendeu que deve haver uma maior inovação nas práticas, dados os constrangimentos impostos aos instrumentos financeiros.

Encerramento do 1º Dia

FRANCISCO RIBEIRO TELLES, Secretário Executivo da CPLP

A CPLP é uma importante plataforma de diálogo, concertação e cooperação económica, política e cultural que envolve os espaços geográficos de África, América Latina e Ásia. Além disso, é também uma plataforma linguística de união de diásporas espalhadas pelo mundo inteiro, com enorme potencial no âmbito eleitoral e no dos negócios internacionais.

As principais esferas em que a CPLP intervém incluem a concertação político-diplomática e a cooperação em domínios como o da promoção da língua portuguesa. A Organização Internacional age nos domínios da defesa, energia, segurança alimentar, agenda digital, cultura, saúde, ambiente, educação e turismo, estando todos alinhados com os ODS.

Apesar da presença em áreas relevantes, o Secretário-Executivo argumentou que muitos cidadãos não entendem a importância da CPLP nas suas vidas e que continuam a persistir desafios para a consolidação da influência da Comunidade no Mundo. Entre eles, destacam-se as dificuldades de circulação e mobilidade de pessoas, bens, serviços e capitais, além de níveis de desenvolvimento díspares.

A CPLP tem por isso investido na transferência de conhecimento e no acesso ao conhecimento científico; na promoção e difusão da língua portuguesa como língua de negócios; na constituição de uma rede de parcerias, também a nível regional; no apoio a projetos de investimento privado e prestando assistência técnica a governos e instituições; na implementação de projetos de infraestruturas e no reforço da cooperação económica e empresarial.

Para concluir, o Embaixador confirmou a importância do multilateralismo para responder às atuais ameaças globais, de modo a criar soluções conjuntas e multissetoriais. O papel das Organizações Internacionais é, assim, o de responder às dinâmicas internas de cada Estado e pôr na agenda o debate dessas questões, de forma a acrescentar valor para o desenvolvimento conjunto.

Abertura dia II

MARÍA ÁNGELA HOLGUÍN, antiga MNE da Colômbia

María Ángela Holguín considerou que ainda existe muito por fazer e para melhorar na consolidação do Triângulo Estratégico, destacando os altos índices de pobreza e as desigualdades sociais, bem como o desaproveitamento de muitos dos recursos naturais e energéticos de África e da América Latina, devido às inúmeras dificuldades técnicas e financeiras de conservá-los e explorá-los de forma sustentável.

Nesse contexto, a antiga MNE da Colômbia questionou qual deveria ser a melhor forma de aproveitar o que melhor há em cada país, de modo a que todos beneficiem. Para isso, é preciso reduzir as lacunas e mudar mentalidades na forma de fazer ajuda ao desenvolvimento¹¹, investir em mais educação e formação técnica, apostando especialmente na cultura digital, e melhorar o acesso à Internet. O grande objetivo desta estratégia será sempre reduzir as hipóteses de as crianças acabarem em grupos ilegais, armados ou em células criminais.

Reforçar a cooperação política e diplomática entre as regiões foi outra das prioridades elencadas por María Ángela Holguín. Esta pode passar pela formação de embaixadas conjuntas, até como forma de aproximar países, sobretudo os da América Latina e de África, onde existem condições específicas que propiciam esta forma de aprofundamento.

Segundo María Ángela Holguín, existem ainda quatro desafios comuns à América Latina e a África, que importa ter em atenção: o aumento das trocas comerciais e necessidade de capacitação de mais pessoas para poderem produzir de maneira mais eficiente, com mais tecnologia, e inseridas em cadeias-de-valor mais produtivas; a luta contra o narcotráfico e o surgimento de novas drogas, que obrigam a soluções que vão muito além da esfera social,

¹¹ María Angela Holguín defendeu que muitas vezes os europeus vão para os países africanos e latino-americanos à procura da melhor forma de lucrar e não adoptam uma atitude mais solidária e focada na busca de benefícios mútuos.

envolvendo igualmente a política, a securitária, a económica e o desenho de políticas públicas que enfrentem o problema de forma coordenada¹²; a saúde e a prevenção de enfermidades, já que muitas doenças que se julgava extintas voltaram a aparecer nos últimos anos; as migrações, que representam sempre um desafio de integração para os países de acolhimento e um défice de desenvolvimento nos países de origem. A anterior MNE da Colômbia defendeu um modelo de cooperação internacional, que pode ser multilateral ou bilateral, que preconize investimentos em setores considerados estratégicos para a fixação das populações nos seus locais de residência originais. Argumentou ainda que é necessário compreender seriamente a temática das migrações, apoiou a criação do Observatório das Migrações da União Africana e defendeu o estabelecimento de mecanismos de integração apropriados que deixem as portas abertas a todos, dentro de um sistema regulado e que salvguarde a segurança dos Estados.

Para finalizar, realçou a necessidade de um trabalho conjunto e concertado dentro dos países, que envolva o setor público, os privados, universidades e *think tanks*, para a formulação de políticas públicas que pensem no longo prazo, designadamente nos domínios tecnológico, educativo e da inteligência artificial.

Painel IV – Política Externa da União Europeia

FRANCISCO SEIXAS DA COSTA, anterior Secretário de Estado dos Assuntos Europeus

As grandes questões a que a U.E. tem que responder nos dias de hoje passam pela crise do euro, que permanece sem resolver-se, pelo *Brexit* e pelas fortes divergências entre os próprios países da União, tanto a nível de valores como de comportamentos. As fragilidades nas políticas internas dos países limitam de certa forma a projeção das suas políticas externas e, por isso, o Embaixador realçou que os questionamentos e as dúvidas sobre o futuro da U.E. não se fazem sentir apenas internamente, mas também externamente.

¹² Tendo em conta a evolução das drogas sintéticas e o crescimento do narcotráfico global, quase todos os países do Mundo encontram-se hoje numa situação em que podem ser, ao mesmo tempo, produtores, consumidores e de trânsito. No caso específico da Colômbia, discutir este assunto em termos políticos é essencial para responder a grandes questões, como o modelo de inserção no mercado de trabalho de antigos produtores de cocaína, reabilitando-os no âmbito das suas competências e vocações, de modo a que se integrem na economia formal.

Juntando às mudanças geopolíticas, tais como o relacionamento com a Rússia e a mudança de comportamento por parte da Turquia, são duas as grandes temáticas que mais impactam a Europa: a dos refugiados e a dos migrantes económicos, tendo como consequência a ascensão dos populismos. Adicionalmente, a mudança na relação com os EUA, tanto dos vários países a nível bilateral, como a nível multilateral e na própria relação transatlântica, levanta igualmente questões inéditas para os países e instituições europeias.

Com um presente cheio de novas problemáticas e ameaças, Portugal desempenha um papel fundamental no diálogo entre a União Europeia e a América Latina, principalmente o Brasil, e África, através das Cimeiras União Europeia-União Africana que Portugal sempre promoveu. A presença e a ação de Portugal permitem a existência de uma política externa europeia mais diversificada e versátil.

MARGARIDA MARQUES, candidata do Partido Socialista às eleições europeias

Um dos grandes desafios para a União Europeia, segundo Margarida Marques, é o de encontrar consensos entre os países para a definição de políticas comuns, que não coloquem em causa nem os interesses, nem as políticas internas de cada Estado. A Política Externa da UE vai para além dos próprios tratados e está diretamente relacionada com a capacidade de liderança dos Altos Representantes para a Política Externa e Segurança: num mundo, no qual o multilateralismo está a ser posto em causa, o papel e a capacidade de adaptação da Alta Representante Federica Mogherini, nomeadamente na relação com os EUA, tem sido fundamental.

Porém, isso não invalida que a Política Externa não possa ser diversificada: para além da regulação do comércio e do respeito pelos direitos sociais, ambientais e do consumidor, Margarida Marques destacou a assinatura de um tratado comercial com o Japão e, a nível político, a Cimeira UE-China¹³, a Política de Vizinhança, as políticas de desenvolvimento, de ajuda humanitária e o papel da UE em vários processos de paz no Mundo.

Margarida Marques terminou a sua intervenção, caracterizando as relações entre a U.E., a América Latina e África. Em relação à América Latina, têm-se realizado cimeiras regulares e parcerias com os países da região, mas que

¹³ A parceria estratégica China-União Europeia, iniciada em 2003, tem procurado fortalecer os laços de cooperação entre a China e a UE em várias áreas, designadamente em matéria de comércio; política externa e segurança; direitos humanos; direitos de propriedade intelectual; luta contra as alterações climáticas e migrações. Em 2019, a Cimeira teve conclusões importantes, principalmente no que toca a renovação da Organização Mundial do Comércio (OMC) e a assinatura do Tratado de Investimento, que irá permitir o aumento do investimento europeu na China.

podem ainda ser fortalecidas. Relativamente ao continente africano, Portugal mantém um papel essencial, visto que foi sob presidência portuguesa que se realizaram as Cimeiras UE-UA, em 2000 e 2007.

PAULO SANDE, cabeça-de-lista da Aliança às eleições europeias

O cabeça-de-lista da Aliança às eleições europeias considerou o conceito de Triângulo Estratégico como uma figura imóvel desde há décadas e defendeu ser impossível falar verdadeiramente numa triangulação.

Paulo Sande considera que as principais dificuldades que o mundo enfrenta hoje têm impacto direto para a U.E. Por um lado, existe a revolução tecnológica, acompanhada do desenvolvimento da inteligência artificial e do facto de as instituições e a burocracia não estarem a acompanhar esses avanços, e, por outro lado, a questão ambiental, ligada a fenómenos meteorológicos extremos e à extinção das espécies.

Com isto, há que destacar o papel dos jovens para resolver estas problemáticas, a que a Política Externa e de Segurança da UE não está a conseguir responder. Assim, Paulo Sande constatou ser necessário uma maior concertação entre países e a formulação de políticas públicas de longo prazo, que permitam combater os populismos e atenuar algumas destas ameaças, nomeadamente nas esferas geopolítica, onde se destacam os enfrentamentos com a China, ambiental, tecnológica e securitária.

VASCO BECKER-WEINBERG, candidato do CDS-PP às eleições europeias

As características que marcam a identidade europeia – como a promoção da paz, da democracia, do Estado de Direito e a solidificação de uma unidade política – estão a ser postas em causa no contexto atual e essa tendência não só leva ao surgimento dos populismos, como os alimenta.

Porém, a UE teve sucesso em exportar estes valores para várias regiões, designadamente na luta contra o tráfico de seres humanos na América Latina e em África, na imposição de sanções económicas ou limites às importações de países que não respeitam os Direitos Humanos e no combate à pirataria¹⁴. Vasco Becker-Weinberg saudou ainda as intervenções da União Europeia

¹⁴ Neste âmbito, o candidato do CDS-PP lamentou que não existam ainda mecanismos suficientes, nem no Direito Internacional, nem no Direito da União Europeia para fazer face à pirataria, mesmo havendo vontade política – um dos exemplos que demonstra são os problemas junto ao Golfo da Guiné.

aquando da independência de Timor, do processo de paz na Colômbia e, mais recentemente, a quando do reconhecimento de Juan Guaidó como presidente interino da Venezuela.

O candidato do CDS-PP destacou, finalmente, duas grandes áreas, nas quais a U.E. tem tido dificuldade de ação: na proteção ambiental e na justiça transicional.

JOÃO RABAÇA, Diretor – CESO

A CESO é uma empresa portuguesa, responsável pela gestão da parceria estratégica e dos diálogos setoriais U.E. – Brasil, U.E. - Canadá e U.E. - PALOP. Rabaça considerou a cooperação e as parcerias entre setor público e privado como um pilar essencial na Política Externa da UE¹⁵.

Estando Portugal inserido na União Europeia e partilhando os mesmos valores, é importante olhar com outros olhos para as parcerias para o desenvolvimento: por um lado, Portugal deve aproveitar a sua capacidade de criar pontes com diferentes geografias para expandir a sua influência e os seus interesses e, por outro lado, mostrar à sociedade quão relevantes são estas parcerias para o país. João Rabaça apelou ainda à necessidade de uma ação concertada, que envolva todos os atores, da sociedade civil às universidades, mas sobretudo pelo setor público e setor privado.

Painel V – Agenda Triangular

MANUELA BARBER, Diretora em Portugal da Iberia

O discurso de Manuela Barber focou-se na apresentação da companhia aérea: a Iberia é uma companhia que liga a Europa e a América Latina através de voos regulares com partida de Madrid. A Iberia tem já uma longa história e experiência em transportar pessoas para estes destinos, sendo que o primeiro percurso em direção à América Latina foi a Buenos Aires e o voo mais longo atualmente é até Santiago do Chile.

A companhia aérea é líder nas ligações entre a América Latina e a Europa.

¹⁵ Segundo João Rabaça, a dimensão económica é muito relevante: entre 2014 e 2020, a UE gastou 82 mil milhões de euros em Cooperação para o Desenvolvimento. Portugal contribuiu com 0,18% do PIB para a ajuda ao desenvolvimento.

LUIZ FIGUEIREDO MACHADO, anterior Ministro dos Assuntos Exteriores e Embaixador do Brasil

Luiz Figueiredo Machado argumentou que a visão do Triângulo é mais visionária do que realista. Considerou, contudo, que para cada estratégia tem que se combinar o realista com o visionário. O Embaixador do Brasil questionou, nesse sentido, qual o futuro para o Triângulo Estratégico.

Em resposta a esta pergunta, Luiz Machado considerou fundamental o fortalecimento da coerência interna entre as partes, entre as diferentes geografias continentais e nos seus intercâmbios. Além disso, reforçou a necessidade de uma atuação conjunta entre os países, na qual a Europa e a CPLP têm um grande papel para a realização deste triângulo.

FATIHA SELMANE, Embaixadora da Argélia

Fatiha Selmane destacou a importância da cooperação económica e cultural na atualidade, sendo esta complementaridade fundamental em todos os setores (energia, setor mineiro, agrícola, recursos naturais e matérias-primas), em todos os países.

Todavia, o continente africano apresenta dificuldades que não lhe permitem aproveitar essa complementariedade nem desenvolver-se a um ritmo elevado: segundo Fatiha Selmane, e os dados do *African Economic Outlook – African Bank*, no continente existem graves constrangimentos a nível financeiro, défice de infraestruturas e conflitos de natureza política. A acrescentar a isso, o continente africano apresenta dificuldades de governação que colocam entraves ao crescimento económico, à capacidade de atrair investimento estrangeiro e à diversificação da economia.

Assim, o desenvolvimento das relações entre as regiões é fundamental. Por um lado, as relações U.E. - África são marcadas por uma cooperação económica próxima, com a UE a ser a terceira parceira e a primeira, tanto em investimento direto como em projetos de desenvolvimento. Fatiha Selmane considerou que a colonização europeia continua presente no continente e que, para contrariar essa tendência, é necessária uma postura de ganhos mútuos, estimulando investimentos na educação e na formação em setores económicos específicos, bem como integrando mais profundamente a economia e o comércio, tendo em conta as questões ambientais. Acrescentou que a agenda desta parceria não

deve ser monopolizada pelas questões dos refugiados e dos migrantes económicos.

Relativamente à relação África-América Latina, esta não é suficientemente explorada e há potencialidades para ser desenvolvida, dados os laços culturais e históricos que as duas regiões partilham. O comércio entre as duas regiões permanece baixo e a dependência económica dos mesmos produtos são dois dos principais problemas nestas regiões. Partilham ainda a falta de infraestruturas e de capital humano, mas também as boas perspetivas de crescimento económico.

Fatiha Selmane apresentou, por fim, os principais desafios em África: no âmbito económico, o protecionismo, no ambiental o aquecimento global e os fenómenos extremos, e o securitário, ligado ao terrorismo internacional. Para ultrapassá-los, é preciso investir em mais conhecimento, inovação e reduzir as relações assimétricas. Neste âmbito, Portugal pode agir como um mediador e uma ponte entre as três regiões, tendo em consideração a sua presença política nos Fóruns e nas Cimeiras Internacionais.

SHARLENE SHILLINGFORD-MCKLIMON, Embaixadora dos Estados das Caraíbas Orientais (ECS)

A Embaixadora dos ECS apelou para que as relações entre os Estados sejam fortalecidas, aceleradas e mais abrangentes política, económica e estrategicamente.

A realidade dos países das Caraíbas contrasta profundamente com a Europeia, sendo Estados pequenos, com pouca população e com dificuldades em competir na importação e exportação dos produtos. A acrescentar a isso, têm dificuldade de obter financiamentos a taxas de juros acessíveis, pois muitos já são considerados países de rendimento médio e alto.

Todas estas questões fazem destes países vulneráveis aos choques externos e económicos, sendo ainda a zona mais endividada do Mundo. A componente climática é também crítica: Sharlene Shillingford-Mcklmon argumentou que a dívida dos países das Caraíbas atingia 49 mil milhões de dólares, em 2017, e 70% dessa dívida deveu-se a catástrofes naturais.

Neste contexto, a Embaixadora questionou como se consegue atrair investimento privado numa região com pouca estabilidade e considerada rica. Defendeu a cooperação triangular como fundamental para atrair investimento para a região e realçou ainda as potencialidades políticas, caso os países se mantenham juntos.

SHEILA SEALY MONTEITH, Embaixadora da Jamaica

Sheila Monteith iniciou a sua exposição, enquadrando as relações entre as três regiões: as relações UE-África são marcadas por uma união política entre continentes, marcadas pelos laços históricos; as relações UE-América Latina são desenvolvidas com base nas liberdades, no multilateralismo e no desenvolvimento sustentável e, finalmente, as relações América Latina-Caraíbas-África, que não estão bem aprofundadas, ainda que partilhem das mesmas fragilidades.

Neste sentido, a cooperação deve assentar no multilateralismo e na cooperação política. Portugal pode ter um papel essencial nesta dinâmica, no que diz respeito às alterações climáticas, na implementação da Agenda 2030 e no desenvolvimento humano.

Para terminar, Sheila Monteith salientou a importância de uma abordagem coletiva para a cooperação entre as três regiões, no que concerne trocas comerciais inter-regionais e a criação de mais linhas aéreas e marítimas para o transporte de bens e pessoas. Defendeu ainda um maior intercâmbio de pessoas através do turismo, de modo a facilitar a integração de diferentes culturas e processos migratórios menos problemáticos, e a promoção de ações de diplomacia pública que promovam o desenvolvimento social e humano. A embaixadora lançou ainda um apelo ao aumento do número de representações diplomáticas nas Caraíbas, da cooperação triangular e Sul-Sul, nomeadamente nas áreas da saúde e educação e investimento na capacitação dos jovens.

SIEGLIEN BURLENSON, Embaixadora do Suriname

A Embaixadora do Suriname baseou o seu comentário nas formas de fortalecer esta cooperação estratégica: desenvolver o comércio intra-regional de bens e serviços; melhorar as redes de transportes internos e internacionais; desenvolver novas tecnologias; aumentar a produtividade do setor agrícola e apostar nas energias renováveis. Por outro lado, é preciso aumentar as fontes de financiamento disponíveis, permitir o movimento livre de pessoas, facilitar o acesso dos jovens ao mercado de trabalho e definir políticas públicas e atividades económicas em função das alterações climáticas.

Para isso, a Embaixadora dividiu estas questões em três grandes áreas: o livre movimento de bens e pessoas; os aumento dos rendimentos, o acesso ao trabalho e a produtividade; a cooperação.

Contudo, a dificuldade de obter financiamento e a questão da pobreza nestes países, de rendimento médio e alto, são dois grandes entraves ao desenvolvimento. A Embaixadora do Suriname considerou, assim, como fundamentais a diversificação económica baseada na inovação e na tecnologia; o desenvolvimento do *e-commerce*; a organização de novos modelos governativos e a retirada destes países das *blacklists* internacionais.